



INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

PLANO DE DADOS ABERTOS

VIGÊNCIA
12/2020 a 12/2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Instituto Benjamin Constant

Diretor-Geral

João Ricardo Melo Figueiredo

Chefe de Gabinete

Érica Deslandes Magno Oliveira

Diretor do Dep. de Educação

Luigi Amato Bragança Amorim

Diretora do Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Elise de Melo Borba Ferreira

Diretor do Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

José Tadeu Madeira de Oliveira

Diretor do Dep. Técnico-Especializado

Jefferson Gomes de Moura

Diretora do Dep. de Planejamento e Administração

Maria Odete Santos Duarte

Assessoras do Gabinete da Direção-Geral

Maria da Glória de Souza Almeida

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS DO IBC

Anderson de Oliveira Vallejo

Dep. de Educação

André Luiz Grendene de Azevedo

Dep. de Planejamento e Administração

Daniele de Souza Pereira

Dep. Técnico-Especializado

Fabio Brandolin

Dep. de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação

Jeane Gameiro Miragaya

Dep. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Michel Diniz da Silva

Gabinete da Direção-Geral

Marilia Amaral de Moura Estevão Tavares (presidente)

Gabinete da Direção-Geral

Editoração e diagramação

Coordenação de Comunicação
e Marketing Institucional

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	5
II. CENÁRIO INSTITUCIONAL	7
III. OBJETIVO GERAL	9
IV. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PDA	10
V. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA	11
VI. O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO	12
VII. SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE	14
VIII. PLANO DE AÇÃO	16
ANEXOS	23
ANEXO 1 INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO IBC	24
ANEXO 2 REFERÊNCIAS	32
ANEXO 3 GLOSSÁRIO	34
ANEXO 4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS	35

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o instrumento de execução da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. De acordo com ela, são públicos todos os dados produzidos e acumulados pela administração pública federal, autárquica e fundacional, ressalvados aqueles sob sigilo ou restrição de acesso, nos termos da Lei 12.527, de 8 de novembro de 2011.

Ao tornar a transparência pública uma meta a ser incansavelmente perseguida em todas as esferas de governo, a Política de Dados Abertos busca dar à sociedade aquilo que lhe é de direito: o conhecimento e o controle de tudo o que é feito, em seu nome, pelos gestores de uma forma geral e por aqueles que elegemos para nos governar. Daí a importância de os dados serem disponibilizados em ambiente digital, em formato aberto para serem consumidos, cruzados e utilizados livremente por todos que assim o desejarem.

O fato é que a exigência legal de elaboração e execução do PDA ajudou a consolidar nas organizações públicas um movimento de mudança na cultura organizacional na direção de uma postura cada vez mais transparente sobre seus atos e fatos. Com o IBC não foi diferente. Em 30 de março de 2017 o Instituto deu os primeiros passos na direção desse novo paradigma de gestão da informação, com a criação do seu Comitê de Transparência e Dados Abertos. Em novembro de 2018 o documento foi publicado, passando por uma revisão no ano seguinte.

De lá para cá, a instituição tem se esforçado para fazer do Plano de Dados Abertos uma ferramenta para abrir cada vez mais suas janelas à comunidade externa, até mesmo para divulgar os serviços que há 166 anos vem prestando aos brasileiros com deficiência visual no Brasil. O ciclo de construção PDA 2020-2022, que ora entregamos, começou no dia 21 de outubro de 2019 com a designação dos membros da comissão encarregada de sua elaboração, por meio da Portaria Portaria nº 570/2019. O seu processo de elaboração baseou-se nos princípios e diretrizes dos seguintes normativos (em ordem de publicação):

- Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina ao poder público a adoção de instrumentos de transparência da gestão fiscal, disponibilizando em meios eletrônicos de acesso público informações de execução orçamentárias e fiscal e de prestações de contas;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal;
- Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012, que cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos– INDA,
- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informação sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na LAI;
- Decreto no 8.777 de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;
- Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados - CGINDA, que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto no 8.777 de 11 de maio de 2016;
- Decreto nº 9.903/2019, que altera o Decreto nº 8.777/2016 e dispõe sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos;
- Decreto presidencial nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019, que institui a Política Nacional de Governo Aberto, no âmbito do Poder Executivo federal.

II. CENÁRIO INSTITUCIONAL

O Instituto Benjamin Constant (IBC) é um órgão singular da administração direta federal, de autonomia limitada e vinculado ao gabinete do ministro da Educação. Foi criado em 12 de setembro de 1854 pelo Imperador D. Pedro II, para educar e ensinar um ofício a crianças e jovens cegos.

Atualmente, o Instituto é referência nacional na educação e capacitação profissional de pessoas cegas, com baixa visão, surdocegas ou com outras deficiências associadas à deficiência visual, atuando em vários segmentos, como:

- na oferta de educação básica a estudantes em idade escolar;
- no acolhimento e atendimento especializado a jovens e adultos que perderam ou estão em processo de perda irreversível da visão;
- no desenvolvimento de pesquisas pedagógicas na área da deficiência visual;
- na capacitação de profissionais de todo o Brasil, das mais diversas áreas, principalmente da educação;
- no atendimento às pessoas cegas, com baixa visão, surdocegas e com outras deficiências associadas à deficiência visual;
- na produção e distribuição, para todo o Brasil, de materiais didáticos especializados para estudantes com deficiência visual;
- na produção e distribuição de revistas em braille para todo o território nacional e países de língua portuguesa;
- na avaliação de livros didáticos e paradidáticos do Programa Nacional para o Livro Didático;
- na produção e distribuição de audiolivros, gravados e editados no formato de livro falado e
- na formação de médicos oftalmologistas oferecendo, com o seu Programa de Residência Médica, atendimento especializado gratuito à população e contribuindo para a prevenção às causas da cegueira.

Ao longo de sua história, o IBC passou por várias reformulações do seu regimento — a última foi em abril de 2018, ampliando as competências educacionais da instituição para além do ensino fundamental. Assim, em 2019 começou a ofertar educação profissional de nível médio e obteve a autorização da Capes para atuar na pós-graduação *stricto sensu*, com a oferta do primeiro curso de mestrado, ainda em fase de implantação.

Logo, o PDA–IBC 2020–2022 foi elaborado e será executado em um cenário institucional bastante diferente daquele em que o plano anterior foi construído, o que se refletirá tanto na atualização das bases de dados já existentes como naquelas ainda por abrir.

A vigência deste documento coincidirá, na maior parte do tempo, com as vigências de dois outros importantes planos norteadores da gestão do Instituto: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o primeiro Plano Estratégico Institucional (PEI).

Recém-aprovado pelo Conselho Diretor da Instituição, o PEI-IBC contempla, entre seus objetivos para o quadriênio 2020–2023, o aprimoramento do acesso à informação e do atendimento ao público. Um dos aferidores da consecução desta meta é justamente o número de bases de dados abertas durante o período, assim como o resultados das pesquisas de opinião.

Dentre as funções de governança elencadas no PEI-IBC, destaca-se também no, macroprocesso de participação e controle social, a gestão do acesso à informação, da transparência ativa, do atendimento ao público e dos dados abertos pela assessoria do gabinete da Direção-Geral.

Já a articulação deste PDA com o próximo PDI, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2021, com vigência até 2025, dar-se-á por meio da inclusão de novas bases de dados ao inventário do Instituto Benjamin Constant, acompanhando assim a ampliação do seu horizonte de atuação e permitindo que ela seja acompanhada pela população.

III. OBJETIVO GERAL

Promover a abertura de dados com informações de interesse público e o aprimoramento constante das bases já disponibilizadas, contribuindo para a gestão do Instituto Benjamin Constant, o controle social de suas atividades e, conseqüentemente, para a melhoria dos serviços prestados pela instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar as principais demandas de dados do IBC e priorizar a abertura deles.
2. Fornecer dados atualizados, reduzindo progressivamente a periodicidade de atualização até o espaço de tempo mínimo necessário para consolidá-los e disponibilizá-los.
3. Facilitar o acesso aos dados divulgados, aprimorando continuamente a apresentação dos respectivos conteúdos no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio institucional.
4. Contribuir para a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais com a publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos.
5. Melhorar a gestão da informação e de dados da instituição.
6. Divulgar os serviços prestados pelo IBC por meio de ações de comunicação específicas de divulgação para cada abertura de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio institucional.
7. Fomentar a produção de conhecimento e a gestão pública participativa, a partir da utilização dos dados pela sociedade civil.

IV. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PDA

O processo de construção deste PDA, iniciado no dia 21 de outubro de 2019, foi desenvolvido de acordo com as seguintes etapas:

1. definição de plano de ação com metas e prazos para elaboração do PDA e abertura de bases;
2. levantamento do inventário de dados do IBC;
3. consulta pública para aferição da satisfação com os dados já publicados e identificação dos próximos dados do inventário a terem prioridade de abertura;
4. definição dos dados que serão abertos durante a vigência do PDA, conforme os critérios de relevância das informações para o cidadão;
5. alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico e a disponibilidade de dados pelos setores da instituição;
6. elaboração de devolutiva à sociedade a respeito da consulta pública;
7. definição dos responsáveis pelo preparo, abertura e atualização dos dados;
8. definição de cronograma de abertura de bases com bases e prazos definidos e
9. publicação dos dados, observando-se o uso de URL fixa, nomenclatura idêntica ao exposto no PDA e obediência ao cronograma de abertura, conforme seção VIII desse Plano.

V. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA

Para o estabelecimento da meta de abertura dos dados do IBC neste PDA, foram considerados os seguintes critérios que fazem parte do rol elencado no art. 1º da Resolução nº 3 do CGINDA, em ordem de importância **no âmbito da instituição**:

1. a obrigatoriedade legal ou compromisso assumido de disponibilização daquele dado;
2. o grau de relevância para o cidadão, de acordo com consulta pública realizada em maio de 2020; (<http://www.ibc.gov.br/noticias/1289-divulgado-o-resultado-da-consulta-publica-sobre-o-plano-de-dados-abertos-do-ibc>);
3. o dado demonstrar resultados diretos e efetivos dos serviços públicos disponibilizados ao cidadão pelo Estado, por meio do IBC;
4. o estímulo ao controle social.

No 1º critério enquadram-se as seguintes bases de dados:

- Contratos e convênios;
- Quadro de funcionários terceirizados;

No 2º, 3º e 4º critérios, enquadram-se as seguintes bases de dados, em ordem de preferência do público consultado:

- Contratos e convênios (a prioridade mais votada);
- Distribuição de recursos didáticos especializados para pessoas cegas e com baixa visão,
- Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado;
- Relação de professores por área de atuação;

- Produção e distribuição de revistas, livros didáticos/literários e impressos diversos adaptados para o formato ampliado;
- Títulos publicados pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa;
- Pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC;
- Roteiros de audiodescrição elaborados;
- Quadro de funcionários terceirizados;
- Serviço voluntário;
- Visitas técnicas realizadas por alunos da educação básica;

Além das bases citadas acima, submetidas à consulta pública, foram incluídas no rol daquelas a serem abertas durante a vigência deste PDA as outras três abaixo, cujos dados já constam no inventário de dados do IBC, enquadradas no 2º, 3º e 4º critérios de abertura adotados.

- Quadro de professores substitutos;
- Quadro de estagiários;
- Quadro de médicos residentes.

VI. O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO

As bases de dados programadas para publicação em formato aberto serão catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos assim como na página de dados abertos da CGU. Esse processo será feito diretamente pelas áreas responsáveis pelos dados e deverá seguir o cronograma de abertura estabelecido no **item VIII** deste PDA considerando sempre as seguintes premissas:

1. publicar, prioritariamente, os dados considerados relevantes para a sociedade, o mais rápido possível, em três formatos acessíveis, informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;
2. sempre que possível, publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - nome ou título do conjunto de dados;
 - descrição sucinta;
 - palavras-chave (etiquetas);
 - assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
 - nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
 - periodicidade de atualização;
 - escopo temporal (anual, bimestral, mensal, diário, online);
 - escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).
3. manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade possível;
4. catalogar as bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos utilizando sempre o mesmo nome registrado no Plano de Dados Abertos do órgão; e
5. utilizar, como forma de disseminação, os ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e a área do site institucional do IBC dedicado à publicação de dados abertos (<http://www.ibc.gov.br/dados-abertos-do-ibc>).

VII. SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE

SUSTENTAÇÃO (COMUNICAÇÃO PÚBLICA)

Todas as ações de abertura de dados serão divulgadas à sociedade com as ferramentas de comunicação de que o IBC dispõe e de acordo com a natureza da informação a ser disponibilizada, como:

- no sítio institucional, em formato de notícias na página inicial, e com a publicação na área específica Dados Abertos do IBC;
- nas mídias sociais oficiais, por meio de comunicados em textos e outros recursos audiovisuais (ex: vídeos e podcasts com entrevistas, reportagens e comunicados etc.) e
- no e-mail institucional, para comunicações voltadas não só à comunidade acadêmica como também para instituições de ensino e pesquisa, notadamente na área da deficiência visual, entre outras.

O cidadão poderá usar o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) ou acionar diretamente o Fale Conosco do IBC para se manifestar quanto a este PDA, podendo oferecer sugestões, fazer solicitações, assim como reclamar sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados.

Todas as ações de abertura de dados serão comunicadas à sociedade com as ferramentas de comunicação de que ela dispõe e conforme a natureza do dado aberto:

Melhoria da qualidade dos dados:

Para promover o aprimoramento contínuo do PDA–IBC, a Comissão se reunirá a cada seis meses para avaliar a qualidade do conteúdo e da apresentação dos dados publicados e corrigir eventuais problemas.

As reuniões de avaliação deverão contar com a presença da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação na instituição para identificação da necessidade de incluir novas bases de dados para abertura, a partir das demandas da sociedade registradas no Serviço de Informação ao Cidadão — SIC.

MONITORAMENTO E CONTROLE

O presidente da Comissão de Elaboração do Plano de Dados, com o suporte dos demais membros, ficará responsável pelo monitoramento do cumprimento do cronograma estabelecido, verificando se os dados e metadados previstos foram publicados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, assim como na seção de dados abertos do Portal do Instituto Benjamin Constant. Deverá também elaborar e mandar publicar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, um relatório de acompanhamento contendo as modificações realizadas que ensejaram ajustes e/ou novas versões do Plano.

Caberá aos responsáveis pelo fornecimento das bases a curadoria dos conjuntos de dados disponibilizados, compreendendo as seguintes ações:

- monitoramento do cumprimento do cronograma de abertura de bases,
- monitoramento da disponibilidade e atualização das bases já catalogadas;
- verificação da adequação dos dados publicados aos padrões estabelecidos pela INDA e INDE (quando couber);
- verificação da nomenclatura das bases publicadas, que deve ser idêntica à adotada no PDA;

- proposição de melhorias de qualidade dos dados disponibilizados, quando couber.

Todas as informações e experiências acumuladas ao longo da execução do presente PDA subsidiarão a elaboração do PDA subsequente.

VIII. PLANO DE AÇÃO

A) CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DO PDA

AÇÃO	ATIVIDADE	UNIDADE E CONTATO RESPONSÁVEL	META/PRAZO
1. Definição de grupo de trabalho, com representantes de cada Departamento, para elaborar o PDA	Instituir Comissão de elaboração do PDA.	Gabinete da Direção-Geral Responsável: Diretor-Geral gabinete@ibc.gov.br	Outubro/2019
2. Reunião de apresentação	Realizar reunião com os membros da Comissão, para discutir a Política de Dados Abertos e distribuir atribuições.	Comissão PDA Responsável: presidente da Comissão comissaopda@ibc.gov.br	Novembro/2019
3. Inventário de Bases do IBC	Coletar a relação de bases dados geradas em todos os departamentos para formar inventário único do IBC.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Maio/2020
4. Consulta Pública sobre as bases de dados do IBC	Submeter o inventário de bases do IBC à consulta pública no site do órgão por 30 dias, a fim avaliar a qualidade e a pertinência dos dados apresentados.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Maio/2020

5. Análise do resultado da Consulta Pública	Realizar reunião com os membros da Comissão para analisar o resultado da Consulta Pública e apresentar relatório à Direção-Geral.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Julho/2020
6. Apresentação do resultado da Consulta Pública à sociedade	Publicar o resultado no site do IBC.	Coord. de Comunicação Social (CCMI) ccmisec1@ibc.gov.br	Julho/2020
7. Revisão do conjunto de dados já publicados	Estudar, com base no monitoramento, a melhoria na sistemática de publicação dos dados.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Outubro/2020
8. Relatório de Acompanhamento	Publicar relatório de acompanhamento do PDA vigente	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Novembro/ 2020
9. Elaboração do novo PDA	Elaborar o PDA para o período 2020 a 2022.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro/ 2020
10. Aprovação do PDA	Submeter o conteúdo final do PDA ao Conselho Diretor para aprovação.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro/ 2020
11. Publicação do PDA	Publicar o PDA em transparência ativa no portal do IBC, bem como no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).	Coord. de Comunicação Social (CCMI) ccmisec1@ibc.gov.br	Dezembro/ 2020
12. Consulta pública para avaliar bases já abertas	Realizar consulta pública para avaliar o uso e a qualidade das bases já abertas pelo órgão.	Comissão PDA comissaopda@ibc.gov.br	Agosto/2021
13. Revisão do conjunto de dados já publicados	Estudar, com base no monitoramento, a melhoria na sistemática de publicação dos dados.	Comissão comissaopda@ibc.gov.br	Outubro/2021
14. Relatório de acompanhamento	Publicar relatório de acompanhamento do PDA vigente.	Comissão PDA Responsável: presidente da Comissão comissaopda@ibc.gov.br	Dezembro/ 2021

B) CRONOGRAMA DE ABERTURA DE NOVAS BASES

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO	PRAZO PARA ABERTURA
1.Convênios e acordos	O conjunto de dados apresenta os convênios e acordos firmados pelo IBC, com seus respectivos objetos, vigência e valor.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Anual	Fevereiro 2021
2. Distribuição de recursos didáticos especializados para pessoas cegas e com baixa visão	O conjunto de dados apresenta o total de materiais didáticos tridimensionais, grafotáteis e ampliados distribuídos pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME).	Departamento Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Anual	Fevereiro 2021
3. Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela DPME	O conjunto de dados apresenta as pesquisas realizadas na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) que geraram novos recursos didáticos testados e aprovados para estudantes cegos e com baixa visão e que entraram na listagem de ampla distribuição nacional para instituições públicas de ensino .	Departamento Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Anual	Fevereiro 2021

4. Relação de professores por área de atuação	O conjunto de dados apresenta o total e os nomes dos professores do IBC com as respectivas informações sobre grau acadêmico, lotação e área de atuação institucional.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Anual	Março 2021
5. Produção e distribuição de obras e impressos adaptados ao formato ampliado.	O conjunto de dados apresenta o total de produção e distribuição de revistas, livros didáticos, literários e outros materiais impressos adaptados para o formato ampliado de modo a atender ao público com baixa visão.	Departamento Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Anual	Março 2021
6. Títulos publicados pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa	O conjunto de dados apresenta o número de publicações do IBC editadas pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP), tais como livros técnico-científicos, didáticos e paradidáticos, coleções, manuais técnicos etc.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Março 2021

7. Pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC	O conjunto de dados apresenta número de novas pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC desenvolvidas em articulação com a instituição ou tendo-a como campo de pesquisa. A duração das pesquisas não é anual. Portanto, o indicador reflete apenas o número de novas entradas e não necessariamente o número de pesquisas em desenvolvimento no IBC no período.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Abril 2021
8. Trabalhos de audiodescrição	O conjunto de dados apresenta o número e os nomes dos roteiros de audiodescrição elaborados por profissionais do IBC.	Departamento Técnico-Especializado (DTE) dte@ibc.gov.br	Anual	Maio 2021
9. Quadro de funcionários terceirizados	O conjunto de dados apresenta o total e os nomes dos funcionários terceirizados do IBC, das empresas para a qual trabalham, as atividades que desenvolvem e setores onde estão lotados.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Anual	Maio 2021
10. Quadro de Estagiários	O conjunto de dados apresenta os nomes dos estudantes universitários que estagiam no Instituto, com as respectivas informações sobre a formação em curso, setor de lotação e carga horária cumprida.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Anual	junho 2021

11. Quadro de professores substitutos	O conjunto de dados apresenta os nomes dos professores substitutos contratados pelo IBC, com as respectivas disciplinas que lecionam, turma, carga horária e vigência do contrato.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Anual	junho 2021
12. Quadro de médicos residentes	O conjunto de dados apresenta os nomes dos médicos-residentes do Programa de Residência Médica do IBC, com as respectivas informações sobre turma, jornada de trabalho e carga horária cumprida.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA) dpa@ibc.gov.br	Anual	junho 2021
13. Serviço voluntário	O conjunto de dados apresenta o número total de voluntários no IBC; o número de voluntários por divisão; nome dos supervisores e o mês de início da atuação do voluntário na instituição.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) dppe@ibc.gov.br	Anual	Março 2022
14. Visitas técnicas realizadas por alunos da educação básica	O conjunto de dados apresenta as visitas externas realizadas pelos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio no ano em curso.	DED ded@ibc.gov.br	Anual	Março 2022

C) CRONOGRAMA DE PROMOÇÃO, FOMENTO, USO E REUSO DAS BASES

PRODUTO	ATIVIDADE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	DATA/PERÍODO
1.Publicação de matérias informando sobre a publicação de bases e o seu conteúdo	Publicar matérias no site do IBC, assim como postagens de avisos e vídeos sobre o assunto nas mídias sociais do IBC.	Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional (CCMI) ccmsec1@ibc.gov.br	Mês corrente ou subsequente à abertura de nova base.
2. Divulgar internamente o PDA e o Portal de Dados Abertos do IBC	Enviar informativos aos e-mails institucionais sobre a relevância do PDA e do Portal de Dados Abertos para a sociedade.	Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional (CCMI) ccmsec1@ibc.gov.br	Atividade contínua.

ANEXOS

ANEXO 1

INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DO IBC

NOMES DAS BASES DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA BASE	DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR?	ATUALIZAÇÃO	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
1. Cursos e oficinas oferecidos ao público geral	O conjunto de dados apresenta informações sobre: nome, período (data), carga horária e modalidade (presencial ou a distância) dos cursos e oficinas de capacitação profissional na área da deficiência visual oferecidos pela Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento (DEA) e a correspondente quantidade de concluintes.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE)	Sim	Anual	Não
2. Cursos e oficinas de qualificação profissional para alunos da reabilitação	O conjunto de dados apresenta o número de alunos matriculados por cursos/oficinas de capacitação profissional oferecidos pela Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT).	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR)	Sim	Anual	Não

3. Eventos científicos	O conjunto de dados apresenta os nomes dos encontros, palestras, seminários e apresentação de trabalhos científicos na área da deficiência visual promovidos pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP).	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE)	Sim	Anual	Não
4. Grupos de pesquisa vinculados ao Centro de Estudos e Pesquisas do IBC	O conjunto de dados apresenta a relação de grupos de pesquisa em atividade no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC (Cepeq-IBC).	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE)	Sim	Anual	Não
5. Produção e distribuição de audiolivros	O conjunto de dados apresenta o total de audiolivros gravados e editados na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) e distribuídos para instituições públicas de ensino, acervos públicos e instituições sem fins lucrativos que atendam pessoas com deficiência visual.	Departamento Técnico-Especializado (DTE)	Sim	Anual	Não

6. Produção e distribuição de materiais especializados em Braille	O conjunto de dados apresenta o total de produção e distribuição dos seguintes materiais: revistas, livros didáticos, paradidáticos e impressos em braille.	Departamento Técnico-Especializado (DTE)	Sim	Anual	Não
7. atendimentos na área da saúde	O conjunto de dados apresenta o número de atendimentos médico-oftalmológicos, odontológicos, nutricionais, fisioterápicos, de terapia ocupacional e enfermagem prestados aos alunos do IBC e ao público em geral.	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR)	Sim	Anual	Não
8. atendimentos em reabilitação básica	O conjunto de dados apresenta o número de alunos matriculados nos atendimentos de reabilitação do IBC.	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR)	Sim	Anual	Não
9. Programas oferecidos aos reabilitandos	O conjunto de dados apresenta o número de aulas e atendimentos especializados em cada atividade oferecida aos reabilitandos pela Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT).	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR)	Sim	Anual	Não

10. Contratos	O conjunto de dados apresenta a relação das empresas com contratos vigentes com a instituição, disponibilizando os respectivos nomes, CNPJs, números de contrato, objeto, valor total, data de início e data final de vigência.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Sim	Anual	Não
11. Quadro efetivo de servidores	O conjunto de dados apresenta os nomes dos servidores, com os respectivos cargos, jornada de trabalho, carreira, formação profissional, nível acadêmico e setor de lotação.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Sim	Anual	Não
12. Número de servidores aposentados e pensionistas	O conjunto de dados disponibiliza o número total de servidores aposentados e pensionistas do IBC.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Sim	Anual	Não
13. Número de alunos da reabilitação	O conjunto de dados disponibiliza o total de alunos matriculados na Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT).	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e Reabilitação (DMR)	Sim	Anual	Não

14. Número de alunos da educação básica	O conjunto de dados disponibiliza o total de alunos matriculados na educação básica em cada um dos segmentos (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).	Departamento de Educação (DED)	Sim	Anual	Não
15. Número de professores por turma do Departamento de Educação	O conjunto de dados apresenta as informações relativas ao número de professores em cada uma das turmas da educação básica e da educação precoce.	Departamento de Educação (DED)	Sim	Anual	Não
16. Estrutura do Departamento de Educação	O conjunto de dados apresenta a estrutura do DED, com a disponibilização dos cargos e funções de suas divisões e coordenações.	Departamento de Educação (DED)	Sim	Anual	Não
17. Convênios e acordos	O conjunto de dados apresenta os convênios e acordos firmados pelo IBC, com seus respectivos objetos, vigência e valor.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Não	Anual	Não
18. Distribuição de recursos didáticos especializados para pessoas cegas e com baixa visão	O conjunto de dados apresenta o total de materiais didáticos tridimensionais, grafotáteis e ampliados distribuídos pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME).	Departamento Técnico-Especializado (DTE)	Não	Anual	Não

19. Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado	O conjunto de dados apresenta as pesquisas realizadas na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado (DPME) que geraram novos recursos didáticos testados e aprovados para estudantes cegos e com baixa visão e que entraram na listagem de ampla distribuição nacional para instituições públicas de ensino .	Departamento Técnico-Especializado (DTE)	Não	Anual	Não
20. Relação de professores por área de atuação	O conjunto de dados apresenta o total e os nomes dos professores do IBC com as respectivas informações sobre lotação e área de atuação institucional.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Não	Anual	Não
21. Produção e distribuição de revistas, livros didáticos/literários e impressos diversos adaptados para o formato ampliado	O conjunto de dados apresenta o total de produção e distribuição de revistas, livros didáticos, literários e outros materiais impressos adaptados para o formato ampliado de modo a atender ao público com baixa visão.	Departamento Técnico-Especializado (DTE)	Não	Anual	Não

22. Títulos publicados pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa	O conjunto de dados apresenta o número de publicações do IBC editadas pela Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP), tais como tais como livros técnico-científicos, didáticos e paradidáticos, coleções, manuais técnicos etc.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE)	Não	Anual	Não
23. Pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC	O conjunto de dados apresenta número de novas pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC desenvolvidas em articulação com a instituição ou tendo-a como campo de pesquisa. A duração das pesquisas não é anual. Portanto, o indicador reflete apenas o número de novas entradas e não necessariamente o número de pesquisas em desenvolvimento no IBC no período.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE)	Não	Anual	Não
24. Roteiros de audiodescrição elaborados	O conjunto de dados apresenta o número e os nomes dos roteiros de audiodescrição elaborados por profissionais do IBC.	Departamento Técnico-Especializado (DTE)	Não	Anual	Não

25. Quadro de funcionários terceirizados	O conjunto de dados apresenta o total e os nomes dos funcionários terceirizados do IBC, com informações sobre as atividades que desenvolvem e setores onde estão lotados.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Não	Anual	Não
26. Serviço voluntário	O conjunto de dados apresenta o número total de voluntários no IBC; o número de voluntários por divisão; nome dos supervisores; e o mês de início da atuação do voluntário na instituição.	Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE)	Não	Anual	Não
27. Visitas técnicas realizadas por alunos da educação básica	O conjunto de dados apresenta as visitas externas realizadas pelos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio no ano em curso.	Departamento de Educação (DED)	Não	Anual	Não
28. Quadro de estagiários	O conjunto de dados apresenta os nomes dos estudantes universitários que estagiam no Instituto, com as respectivas informações sobre a formação em curso, setor de lotação e carga horária cumprida.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Não	Anual	Não

29. Quadro de professores substitutos	O conjunto de dados apresenta os nomes dos professores substitutos contratados pelo IBC, com as respectivas disciplinas que lecionam, carga horária e vigência do contrato.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Não	Anual	Não
30. Quadro de médicos residentes	O conjunto de dados apresenta os nomes dos médicos-residentes do Programa de Residência Médica do IBC, com as respectivas informações sobre turma, jornada de trabalho e carga horária cumprida.	Departamento de Planejamento e Administração (DPA)	Não	Anual	Não

ANEXO 2 REFERÊNCIAS

Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	Determina ao poder Público a adoção de instrumentos de transparência da gestão fiscal, disponibilizando em meios eletrônicos de acesso público informações de execução orçamentárias e fiscal e de prestações de contas.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
IN nº 4, de 13 de abril de 2012	Cria a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos-INDA .	https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/InstrucaoNormativaINDA42012.pdf

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm
Decreto nº 8.777 de 11 de Maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2016 — Lei de Acesso à Informação (LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do CGINDA	Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto no 8.777 de 11 de maio de 2016.	https://bit.ly/2JwDMGB
Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019	Altera o Decreto nº 8.777/2016 e dispõe sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9903.htm
Decreto presidencial nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019	Institui a Política Nacional de Governo Aberto, no âmbito do Poder Executivo federal.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10160.htm

PDA 2018-2020 do IBC	Instrumento de execução da Política de Dados Abertos no âmbito do Instituto Benjamin Constant.	http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/DADOS-ABERTOS/Gabinete/PDA-IBC-complementaes-29-08-2019---Verso-Final.pdf
----------------------	--	---

ANEXO 3

GLOSSÁRIO

Dados – sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial (Plano de Ação da INDA).

Dado acessível ao público – qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527 , de 18 de novembro de 2011(Plano de Ação da INDA).

Dados abertos – dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet, disponibilizados, sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte (Plano de Ação da INDA).

Conjuntos de dados e recursos – elementos principais retornados a partir das buscas. Cada conjunto de dados possui uma descrição, um ou mais recursos, e uma série de outros metadados, como periodicidade de atualização e órgão responsável (Portal Brasileiro de Dados Abertos).

Recurso – compreende uma fonte de dados. Pode ser um arquivo, como uma planilha, um método de webservice / API>/abbr> ou um documento. Em princípio, cada recurso poderia ser catalogado como um conjunto de dados separado, porém é preferível que os recursos sejam agrupados sempre que forem oriundos da mesma base de dados ou possuírem metadados em comum, com vistas a facilitar a busca e o entendimento de seu conteúdo (Portal Brasileiro de Dados Abertos).

Plano de Dados Abertos – documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

Pessoa cega – é aquela cujo valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,05 ou o campo visual menor do que 10 graus (categorias 3, 4 e 5 do CID 10, de acordo com a Portaria nº 3.128/2008 do Ministério da Saúde).

Pessoa com baixa visão — quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20 graus no melhor olho e com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10, de acordo com a Portaria nº 3.128/2008 do Ministério da Saúde).

Pessoa surdocega – é aquela que apresenta perdas auditiva e visual concomitantemente, em diferentes graus, o que pode limitar a sua atividade, restringindo sua participação em situações do cotidiano, cabendo à sociedade garantir-lhe diferentes formas de comunicação e recursos de tecnologia assistiva para que ela possa interagir com o meio social e o meio ambiente (Grupo Brasil).

ANEXO 4

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

No mês de outubro, a Comissão de Elaboração do PDA 2020–2022 fez uma revisão das bases de dados abertas entre os anos de 2018 e 2020 e também daquelas que foram submetidas à consulta pública em maio de 2020 e que serão incorporadas ao acervo de conjunto de dados do Instituto Benjamin Constant durante a vigência deste documento.

Esta revisão gerou mudanças apenas na apresentação de algumas bases com o objetivo de torná-las mais claras para o público. Constatamos também a necessidade de fundirmos duas bases, pois uma delas tem uma denominação que abrange o conteúdo da outra.

As mudanças feitas estão detalhadas nos quadros abaixo e já foram implantadas tanto no site do IBC quanto na área do Instituto no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Elas também constam no relatório de acompanhamento encaminhado à CGU e divulgado também nos sítios oficiais.

ALTERAÇÕES NA APRESENTAÇÃO DAS BASES DE DADOS JÁ PUBLICADAS E DAQUELAS A SEREM DISPONIBILIZADAS

a) Bases já abertas

PDA 2018 – 2020	PDA 2020 – 2022
1. Nome: Quantidade de concluintes dos cursos e oficinas realizados pelo IBC	<p>Novo nome: Cursos e oficinas oferecidos ao público geral</p> <p>Justificativa: a base dá destaque aos cursos sobre os quais todos os outros dados são decorrentes. Ao colocarmos o foco do título no serviço que é prestado, incluindo nele a informação de que os cursos são abertos ao público, damos mais visibilidade a eles e tornamos a base mais atrativa e útil ao consulente.</p>
2. Nome: Lista de servidores	<p>Novo nome: Quadro efetivo de servidores</p> <p>Justificativa: o conjunto de dados oferece muito mais do que uma simples lista de nomes, com informações mais completas sobre os membros da comunidade acadêmica.</p>
3. Nome: Quadro efetivo de servidores aposentados e pensionistas	<p>Novo nome: Número de servidores aposentados e de pensionistas</p> <p>Justificativa: contrariamente à base anterior, esta se restringe apenas aos totais de servidores aposentados e de pensionistas.</p>
4. Nome: Efetivo de alunos matriculados na reabilitação do IBC	<p>Novo nome: Número de alunos da reabilitação</p> <p>Justificativa: mais clareza e simplicidade para expressar o conteúdo da base.</p>

5. Nome: Quadro Efetivo dos Discentes da Educação Básica do Departamento de Educação (DED)	Novo nome: Número de alunos da educação básica. Justificativa: o conjunto de dados se restringe ao quantitativo de alunos, não se constituindo um quadro geral do alunado, como o título anterior sugeria.
6. Nome: Número de docentes por turma	Novo nome: Número de professores por turma no Departamento de Educação Justificativa: para o público em geral, a palavra “professores” comunica mais do que “docentes”. Além do mais, os dados se restringem aos professores do Departamento de Educação e não do restante do IBC.
7. Nome: Quadro efetivo da estrutura do Departamento de Educação (DED)	Novo nome: Estrutura do Departamento de Educação Justificativa: a base disponibiliza a estrutura do departamento e não um quadro efetivo incluindo, por exemplo, os nomes dos servidores que ocupam os cargos e funções.
8. Nome: Efetivo de atendimentos médico-oftalmológicos realizados pelo IBC	Base eliminada. As informações nela contidas já faziam parte da base "Atendimentos na área da saúde" e estavam sendo disponibilizadas em duplicidade.

b) Bases submetidas à consulta pública (ainda não publicadas)

NOMES DAS BASES NA CONSULTA PÚBLICA	PDA 2020 – 2022
1. Produção e distribuição de recursos didáticos especializados para pessoas cegas e de baixa visão (tridimensionais, grafotáteis e ampliados);	<p>Novo nome: Distribuição de recursos didáticos especializados para pessoas cegas e com baixa visão</p> <p>Justificativa: deixar o título mais objetivo, com as informações sobre os materiais na descrição da base.</p>
2. Pesquisas de recursos didáticos para pessoas cegas e de baixa visão realizadas na Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado - DPME	<p>Novo nome: Pesquisas sobre recursos didáticos para pessoas cegas e com baixa visão desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado.</p> <p>Justificativa: deixar o nome mais claro.</p>
3. Produção e distribuição de materiais especializados em formato ampliado	<p>Novo nome: Produção e distribuição de revistas, livros didáticos/ literários e impressos diversos adaptados para o formato ampliado</p> <p>Justificativa: ser mais específico na descrição da base logo no título para diferenciá-la da base 1, dando ênfase que tais materiais são adaptados e não originalmente especializados.</p>
4. Títulos publicados: quantidade e nomes dos livros publicados pela DPP	<p>Novo nome: Títulos publicados pela Divisão de Pós- Graduação e Pesquisa</p> <p>Justificativa: deixar o título mais objetivo e com o nome da Divisão declinado, uma vez que há outra divisão que publica livros no IBC.</p>
5. Pesquisas cadastradas: quantidade de novas pesquisas cadastradas no Centro de Estudos	<p>Novo nome: Pesquisas cadastradas no Centro de Estudos e Pesquisas do IBC</p> <p>Justificativa: deixar o título mais objetivo e com o nome do referido centro completo.</p>
6. Elaboração de roteiros de audiodescrição	<p>Novo nome: Roteiros de audiodescrição elaborados</p> <p>Justificativa: manutenção do padrão de titulação das bases, com ênfase nos produtos e serviços e não nos processos.</p>

7. Funcionários terceirizados	Novo nome: Quadro de funcionários terceirizados Justificativa: manutenção do padrão adotado para bases de dados mais completas.
8) Prestação de serviço voluntário	Novo nome: Serviço voluntário Justificativa: deixar o título mais objetivo
9) Relação de visitas técnicas realizadas por alunos do DED	Novo nome: Visitas técnicas realizadas por alunos da educação básica Justificativa: deixar o nome mais objetivo, especificando o grupo de alunos a que os dados se referem.

OBS: as bases que não constam nas duas tabelas acima permanecem com os títulos originais.